

ROBERVAL ROCHA

Mestre em Direito Processual,
Universidade Católica de Pernambuco.
Bacharel em Direito, Universidade
Federal de Pernambuco. Professor
de Graduação e Pós-graduação em
Direito. Organizador da série Principais
Julgamentos.

MILA GOUVEIA

Advogada. Professora. Apresentadora do
"Fique por dentro dos Informativos STF e
STJ", da Editora JusPodivm. Coordenadora
de cursos para concursos. Articulista. Pós-
graduada em Direito Público. Bacharel
pela Universidade Federal de Mato
Grosso do Sul – UFMS.

IGHOR FERNANDO ROCHA GALVÃO

Colaborador em pesquisa de legislação e jurisprudência

PRINCIPAIS JULGAMENTOS



- Direito Administrativo • Direito Ambiental • Direito Civil
- Direito Constitucional • Direito da Criança e do Adolescente
- Direito do Consumidor • Direito do Trabalho e Processual do Trabalho
- Direito Empresarial • Direito Financeiro • Direito Internacional Privado
- Direito Penal • Direito Previdenciário • Direito Processual Civil
- Direito Processual Penal • Direito Processual Tributário
- Direito Tributário • Execução Penal • Leis Especiais • Outros Temas.

2015

 **EDITORA**
*Jus*PODIVM



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050 • E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Conselho Editorial: Antonio Gidi, Eduardo Viana, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Rene Bueno e Daniela Jardim (www.buenojardim.com.br)

Diagramação: Caetê Coelho (caete1984@gmail.com.br)

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

Copyright: Edições JusPODIVM

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	29
--------------------	----

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. AGENTES PÚBLICOS	31
1.1. Disposições Gerais	31
• Exame médico para ingresso em cargo público	31
• Inadmissibilidade de jornada semanal superior a sessenta horas na hipótese de acumulação de cargos privativos de profissionais de saúde.....	31
1.2. Concurso Público	32
• Contratação temporária de servidor que já possuiu contrato com órgão diverso.	32
• Exame psicológico em concurso público.	32
• Investigação social em concurso público.....	32
• Limite etário em concurso público para ingresso na carreira de policial militar.....	32
• Surdez unilateral em concurso público.....	33
1.3. Regras Remuneratórias	33
• Caráter geral de gratificação de desempenho de servidor público.....	33
• Gratificação eleitoral devida aos escrivães eleitorais e aos chefes de cartório das zonas eleitorais do interior dos estados. Recurso repetitivo.	33
• Restituição ao erário dos valores recebidos por força de decisão judicial precária posteriormente revogada.	35
2. ENTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	35
• Inscrição de indústria de laticínios no Conselho de Química.....	35
3. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	35
• Ação de improbidade administrativa ajuizada apenas em face de particular.	35
• Ação de improbidade administrativa e reexame necessário.....	35
• Ação por ato de improbidade administrativa.	36
• Bloqueio de bens em valor superior ao indicado na inicial da ação de improbidade.	36
• Competência para processar e julgar ato de improbidade administrativa decorrente do desvio de verba federal transferida para município mediante convênio.	36
• Indisponibilidade de bens em ação de improbidade administrativa.....	37
• Interrupção do prazo prescricional nas ações de improbidade administrativa.	37
• Legitimidade do MP para ajuizar ACP cuja causa de pedir seja fundada em controvérsia tributária.	37
• Não configuração de ato de improbidade administrativa.	37
• Prejuízo ao erário "in re ipsa" na hipótese do art. 10, VIII, da Lei de Improbidade Administrativa.....	38
• Redução do valor de multa por ato de improbidade em apelação.	39
• Requisito para a configuração de ato de improbidade administrativa que atente contra os princípios da administração pública.	39
• Requisitos da medida cautelar de indisponibilidade de bens prevista no art. 7º da Lei 8.429/92.	40
• Recurso repetitivo.	40

• Requisitos para a rejeição sumária de ação de improbidade administrativa (art. 17, § 8º, da Lei 8.429/92).....	40
• Revisão em recurso especial das penas impostas em razão da prática de ato de improbidade administrativa.....	41
4. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE.....	41
• Dispensa de citação do cônjuge na desapropriação por utilidade pública.....	41
5. LICITAÇÕES.....	41
• Exigência de qualificação técnica em licitação.....	41
6. PODERES ADMINISTRATIVOS.....	42
• Aplicabilidade da pena de perdimento a mercadorias importadas.....	42
7. PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	42
• Publicidade acerca de passaportes diplomáticos.....	42
8. PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	43
• Termo inicial da prescrição da pretensão punitiva de ação disciplinar.....	43
9. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO.....	43
• Legitimidade de agente público para responder diretamente por atos praticados no exercício de sua função.....	43
• Legitimidade passiva da União em demandas que envolvem o SUS.....	44
10. SERVIÇOS PÚBLICOS.....	44
• Equilíbrio econômico-financeiro em contrato de permissão de serviço público.....	44
• Impossibilidade de manutenção por longo prazo de permissão precária.....	44
• Termo final de contrato de permissão nulo.....	45

DIREITO AMBIENTAL

1. RESPONSABILIDADE AMBIENTAL.....	47
• Caráter da responsabilidade por danos morais decorrentes de acidente ambiental causado por subsidiária da Petrobras. Recurso repetitivo.....	47
• Comprovação do exercício da pesca profissional para legitimar a propositura de ação para ressarcimento de dano ambiental. Recurso repetitivo.....	48
• Indenização por lucros cessantes decorrentes de acidente ambiental causado por subsidiária da Petrobras. Recurso repetitivo.....	48
• Honorários advocatícios em ação de indenização por danos ambientais decorrentes de acidente causado por subsidiária da petrobras. Recurso repetitivo.....	49
• Prazo de prescrição em caso de dano pessoal decorrente de dano ambiental.....	49
• Responsabilidade civil em decorrência de dano ambiental provocado pela empresa Rio Pomba Cataguases Ltda. No município de Miraf-MG. Recurso repetitivo.....	50
• Responsabilidade civil objetiva por dano ambiental privado.....	51
• Responsabilidade por danos ambientais decorrentes de acidente causado por subsidiária da Petrobras. Recurso repetitivo.....	52
• Valor da indenização por danos morais decorrentes de acidente ambiental causado por subsidiária da Petrobras. Recurso repetitivo.....	53
2. TUTELA PENAL DO MEIO AMBIENTE.....	53
• Posse irregular de animais silvestres por longo período de tempo.....	53

DIREITO CIVIL

1. DAS PESSOAS	55
1.1. Das Pessoas Naturais	55
• Legitimidade para buscar reparação de prejuízos decorrentes de violação da imagem e da memória de falecido.	55
1.2. Das Pessoas Jurídicas	55
• Indenização por danos morais a pessoa jurídica de direito público.....	55
• Legitimidade ativa para requerer desconsideração inversa de personalidade jurídica...	56
• Legitimidade de pessoa jurídica para impugnar decisão que desconsidere a sua personalidade.....	57
2. DOS FATOS JURÍDICOS	57
2.1. Do Negócio Jurídico.....	57
• Alegação como matéria de defesa de negócio jurídico simulado realizado para ocultar pacto comissório.	57
2.2. Da Prescrição e da Decadência	58
• Prescrição da pretensão fundada em contrato de resseguro.....	58
• Prorrogação do prazo prescricional no caso de implementação do termo “ad quem” durante o recesso forense.	58
2.3. Da Prova	59
• Presunção relativa de veracidade da quitação dada em escritura pública.	59
3. DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	59
3.1. Do Inadimplemento das Obrigações	59
• Pena convencional e indenização por perdas e danos.....	59
• Termo inicial dos juros de mora de obrigação positiva, líquida e com termo certo.....	60
3.2. Das Várias Espécies de Contrato	60
3.2.1. Da Doação	60
• Legitimidade para pleitear declaração de nulidade em doação inoficiosa.	60
3.2.2. Do Seguro.....	61
• Agravamento do risco como excludente do dever de indenizar em contrato de seguro.....	61
• Comprovação da invalidez para fins de indenização de seguro privado.	61
• Contratação de seguro com cobertura para morte acidental e posterior morte do segurado por causas naturais.	61
• Dispensabilidade da emissão da apólice para o aperfeiçoamento do contrato de seguro.	62
• Inexistência de indenização securitária ante o envio da proposta de seguro após a ocorrência de furto.	62
• Legitimidade ativa do espólio em demanda na qual se busque indenização securitária por invalidez permanente.....	63
• Manutenção da garantia securitária apesar de transação judicial realizada entre segurado e terceiro prejudicado.....	63
3.3. Da Responsabilidade Civil	64
• Aplicabilidade da teoria da perda de uma chance no caso de descumprimento de contrato de coleta de células-tronco embrionárias.....	64
• Dano moral decorrente da utilização não autorizada de imagem em campanha publicitária.....	64

• Dano moral decorrente de divulgação de imagem em propaganda política.....	64
• Forma de pagamento de pensão por indenização decorrente de morte.....	64
• Metodologia de fixação de danos morais devidos a parentes de vítimas de dano morte na hipótese de núcleos familiares com diferente número de membros.....	65
• Responsabilidade civil de instituição de ensino pela extinção de curso superior.....	65
• Responsabilidade civil por danos decorrentes de abuso do direito de ação executiva...	66
4. DO DIREITO DAS COISAS	67
4.1. Da Posse.....	67
• Inexistência de direito a indenização pelas acessões e de retenção pelas benfeitorias em bem público irregularmente ocupado.....	67
4.2. Da Propriedade	67
• Ilegitimidade do condômino para propor ação de prestação de contas.....	67
• Responsabilidade de condômino pelas despesas provenientes de ação ajuizada pelo condomínio em face daquele.....	67
4.3. Da Habitação.....	68
• Legitimidade e interesse processual do usufrutuário para a propositura de ação de caráter petitório.....	68
• Reconhecimento do direito real de habitação do companheiro sobrevivente em ação possessória.....	68
5. DO DIREITO DE FAMÍLIA	69
5.1. Do Direito Pessoal.....	69
• Efeitos do não comparecimento do filho menor de idade para submeter-se a exame de DNA.....	69
• Hipótese em que ao magistrado não é possível indeferir pedido de realização de exame de DNA.....	70
• Prova em ação negatória de paternidade.....	70
5.2. Do Direito Patrimonial	71
5.2.1. Dos Alimentos.....	71
• Base de cálculo da pensão alimentícia.....	71
• Obrigação de prestar alimentos.....	72
5.2.2. Do Bem de Família	72
• Afastamento da proteção dada ao bem de família.....	72
• Caracterização como bem de família do único imóvel residencial do devedor cedido a familiares.....	73
• Impenhorabilidade do bem de família frente a hipótese de desconsideração da personalidade jurídica.....	73
5.3. Da União Estável	74
• Inaplicabilidade da Súmula 332 do STJ à união estável.....	74
• Incomunicabilidade da valorização de cotas sociais no âmbito de dissolução de união estável.....	75
6. DO DIREITO DAS SUCESSÕES	75
6.1. Da Sucessão em Geral.....	75
• Adjudicação de direitos hereditários do herdeiro devedor de alimentos.....	75
6.2. Da Sucessão Legítima	76
• Direito real de habitação.....	76
• Inoponibilidade do direito real de habitação no caso de copropriedade anterior à abertura da sucessão.....	76

6.3. Da Sucessão Testamentária.....	77
• Assinatura do testador como requisito essencial de validade de testamento particular.....	77

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	79
1.1. Da Intervenção.....	79
• Competência para processar e julgar intervenção federal.....	79
• Hipótese de deferimento de pedido de intervenção federal.....	80
• Hipótese de indeferimento de pedido de intervenção federal.....	80
2. DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA	81
2.1. Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária	81
• Consideração de reserva florestal no cálculo da produtividade do imóvel rural para fins de desapropriação.....	81
• Delimitação do valor de indenização por desapropriação para fins de reforma agrária.....	81
• Divergência entre a área registrada e a medida pelos peritos no âmbito de desapropriação para fins de reforma agrária.....	81
• Incidência de correção monetária, incluídos expurgos inflacionários, e juros na complementação de TDA.....	81
2.2. Do Sistema Financeiro Nacional	82
• Responsabilidade da CEF pela segurança de casa lotérica.....	82

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

1. DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	83
• Hipótese de adoção de descendente por ascendentes.....	83
2. DA PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL	84
• Internação compulsória no âmbito de ação de interdição.....	84
• Internação compulsória no âmbito de ação de interdição.....	84
• Possibilidade de transferência de adolescente submetido à internação para estabelecimento situado em local diverso daquele em que residam seus pais.....	85
• Reiteração na prática de atos infracionais graves para aplicação da medida de internação.....	86
3. DO ACESSO À JUSTIÇA	86
• Legitimidade do Ministério Público para ajuizar ação de alimentos em proveito de criança ou adolescente. Recurso repetitivo.....	86
4. DOS CRIMES E DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS	89
• Definição da competência para apuração da prática do crime previsto no art. 241 do ECA.....	89

DIREITO DO CONSUMIDOR

1. DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR	91
1.1. Disposições Gerais.....	91
• Aplicação do CDC a contrato de seguro empresarial.....	91
• Configuração de relação de consumo entre pessoas jurídicas.....	91
• Inaplicabilidade do CDC ao contrato de transporte internacional de mercadoria destinada a incrementar a atividade comercial da contratante.....	91
• Incidência do CDC aos contratos de aplicação financeira em fundos de investimento...	92

• Regime jurídico aplicável em ação regressiva promovida pela seguradora contra companhia aérea de transporte causadora do dano.....	92
1.2. Da Qualidade de Produtos e Serviços, da Prevenção e da Reparação dos Danos	93
1.2.1. Da Responsabilidade pelo Fato do Produto e do Serviço	93
• Hipótese de dano moral “in re ipsa” provocado por companhia aérea.....	93
• Responsabilidade de shopping center por tentativa de roubo em seu estacionamento.....	94
1.2.2. Da Responsabilidade por Vício do Produto e do Serviço	94
• Dano moral decorrente da presença de corpo estranho em alimento.....	94
• Dano moral no caso de veículo zero quilômetro que retorna à concessionária por diversas vezes para reparos.....	95
• Responsabilidade de hospital por danos decorrentes de transfusão de sangue.....	95
• Vício do produto decorrente da incompatibilidade entre o veículo adquirido e a qualidade do combustível comercializado no Brasil.....	96
1.2.3. Da Decadência e da Prescrição	96
• Incidência do art. 27 do CDC ante a caracterização de fato do serviço.....	96
• Prazo para reclamar de vícios aparentes ou de fácil constatação presentes em vestido de noiva.....	97
1.3. Das Práticas Comerciais.....	98
1.3.1. Da Publicidade	98
• Comercialização de veículo reestilizado.....	98
• Utilização de propaganda comparativa.....	98
1.3.2. Das Práticas Abusivas.....	99
• Cobrança por hospital de valor adicional para atendimentos fora do horário comercial.....	99
• Exigência de caução para atendimento médico de emergência.....	100
1.3.3. Dos Bancos de Dados e Cadastros de Consumidores	100
• Legalidade do sistema “credit scoring”. Recurso repetitivo.....	100
• Prazo para o credor excluir de cadastro de proteção ao crédito a inscrição do nome de devedor. Recurso repetitivo.....	101
1.4. Da Proteção Contratual.....	101
• Abusividade de cláusula de contrato de promessa de compra e venda de imóvel. Recurso repetitivo.....	101
• Abusividade de cláusula penal em contrato de pacote turístico.....	102
• Cláusula contratual que institui prazo de carência para devolução de valores aplicados em título de capitalização.....	103
• Reajuste de mensalidade de seguro-saúde em razão de alteração de faixa etária do segurado.....	103
2. DA DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO.....	104
2.1. Disposições Gerais.....	104
• Competência para o julgamento de ação proposta por consumidor por equiparação... ..	104
2.2. Das Ações Coletivas para a Defesa de Interesses Individuais Homogêneos.....	105
• Hipótese de descabimento de condenação em indenização por dano moral coletivo... ..	105
• Legitimidade da Defensoria Pública em ações coletivas em sentido estrito.....	105
• Legitimidade do MP na defesa de direitos de consumidores de serviços médicos.....	106

• Legitimidade e coisa julgada em execução individual de sentença coletiva que julgou questão referente a expurgos inflacionários sobre cadernetas de poupança. Recurso repetitivo.....	107
• Restituição de TEB em sede de ação civil pública ajuizada por associação civil de defesa do consumidor.....	108
• Tutela de interesses individuais homogêneos, coletivos e difusos por uma mesma ação coletiva.....	108
• Tutela específica em sentença proferida em ação civil pública na qual se discuta direito individual homogêneo.....	109
3. LEIS ESPARSAS.....	109
• Necessidade de comunicação ao empregado acerca do direito de optar pela manutenção no plano de saúde em grupo.....	109
• Possibilidade de seguradora ou operadora de plano de saúde custear tratamento experimental.....	110

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO

1. DIREITO DO TRABALHO.....	113
• Hipótese de não levantamento de FGTS. Recurso repetitivo.....	113
• Inaplicabilidade da taxa progressiva de juros às contas vinculadas ao FGTS de trabalhador avulso. Recurso repetitivo.....	113
2. DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO.....	114
• Causa de pedir em ação coletiva.....	114
• Competência para processar e julgar ação indenizatória promovida por aluno universitário contra estabelecimento de ensino e instituição ministradora de estágio obrigatório.....	114

DIREITO EMPRESARIAL

1. DA SOCIEDADE ANÔNIMA.....	115
• Cálculo de dividendos no âmbito de demanda de complementação de ações relativas a contrato de participação financeira. Recurso repetitivo.....	115
• Critério para a conversão da obrigação de subscrever ações em perdas e danos. Recurso repetitivo.....	116
• Cumulação de dividendos e juros sobre capital próprio em ação por complementação de ações de telefônicas. Recurso repetitivo.....	116
• Impossibilidade de pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio não previstos no título executivo. Recurso repetitivo.....	117
• Impossibilidade de utilização de crédito pertencente à sociedade anônima para garantir obrigação de sócio.....	117
• Legitimidade ativa em ação de complementação de ações fundamentada em cessão de direitos relacionada a contrato de participação financeira. Recurso repetitivo.....	118
• Liquidação de sentença em ação com pedido de complementação de ações. Recurso repetitivo.....	118
• Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio como pedidos implícitos. Recurso repetitivo.....	119
• Restituição do valor investido na extensão de rede de telefonia pelo método PCT. Recurso repetitivo.....	120
2. CONTRATOS EMPRESARIAIS.....	120

2.1. Contratos Bancários	120
• Impossibilidade de purgação da mora em contratos de alienação fiduciária firmados após a vigência da Lei 10.931/04	
Recurso repetitivo	120
• Não acionamento do mecanismo “stop loss” previsto em contrato de investimento.....	121
• Prorrogação automática de fiança em contrato de mútuo bancário.....	121
2.2. Representação Comercial	122
• Resolução de contrato de representação comercial por justa causa e pagamento de aviso prévio.....	122
2.3. Outros Contratos Empresariais.....	122
• Direito de regresso relacionado a contrato de “factoring”.....	122
• Execução de avalista de nota promissória dada em garantia de crédito cedido por factoring.	123
• Regime de penalidades gradativas no contrato de concessão de veículos automotores.....	123
• Valoração judicial da gravidade da infração no contrato de concessão de veículos automotores.....	124
3. LEI DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL (LEI 9.279/96)	124
• Direito de uso exclusivo de marca registrada.	124
• Hipótese de legitimidade passiva “ad causam” do Inpi.	124
• Necessidade de observância da padronização dos produtos e serviços no caso de licença de uso de marca.....	125
• Precedência de nome empresarial que não implica direito ao registro de marca.	125
• Requisitos de validade de patente de revalidação.....	126
4. LEI DE INTERVENÇÃO E LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS (LEI 6.024/74)	127
• Suspensão da fluência de juros legais e contratuais em liquidação extrajudicial.....	127
5. LEI DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL E FALÊNCIA (LEI 11.101/05)	127
5.1. Falência.....	127
• Classificação de crédito referente a honorários advocatícios no processo de falência. Recurso repetitivo.....	127
• Classificação de crédito referente a honorários advocatícios por serviços prestados à massa falida. Recurso repetitivo.	128
• Eficácia de arrematação de bem imóvel em relação à massa falida.	128
• Falência de incorporadora imobiliária e classificação dos créditos oriundos de despesas efetuadas por adquirente de imóvel para a conclusão de prédio residencial..	129
• Hipóteses autônomas de pedido de falência.	129
• Hipótese em que não se caracteriza uso abusivo da via falimentar.	130
• Impenhorabilidade do bem de família frente a hipótese de desconsideração da personalidade jurídica.	130
• Instrução do pedido de falência com duplicatas virtuais.....	131
• Juízo universal da falência.....	131
• Pedido de falência fundado em impontualidade injustificada.	131
5.2. Recuperação Judicial	132
• Controle judicial do plano de recuperação judicial.	132
• Créditos extraconcursais e deferimento do processamento de recuperação judicial.....	133

• Incompetência do juízo universal para julgar ação de despejo movida contra sociedade empresária em recuperação judicial.....	134
• Não submissão de crédito garantido por alienação fiduciária aos efeitos de recuperação judicial.	134
• Repercussão da homologação de plano de recuperação judicial.....	135
6. TÍTULOS DE CRÉDITOS	136
• Termo inicial dos juros de mora relativos a crédito veiculado em cheque.....	136
• Capitalização de juros em contratos de crédito rural. Recurso repetitivo.	136

DIREITO FINANCEIRO

1. PRECATÓRIOS.....	139
• Direito de preferência dos idosos no pagamento de precatórios.	139
2. REPARTIÇÃO DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS	139
• Personalidade judiciária das câmaras municipais.	139
• Restrição à transferência de recursos federais a município.	139

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

1. APLICAÇÃO DA LEI NO ESPAÇO	143
• Competência para reconhecimento de direito a meação de bens localizados fora do Brasil... ..	143
2. HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA.....	143
• Hipótese em que não é possível a homologação de sentença estrangeira.....	143
• Homologação de sentença estrangeira que determine a submissão de conflito à arbitragem.	143
• Homologação de sentença estrangeira.	144
• Irregularidade na citação como óbice à homologação de sentença estrangeira.....	144

DIREITO PENAL

1. DAS PENAS	145
1.1. Da Aplicação da Pena	145
• Aplicação de agravante genérica no caso de crime preterdoloso.	145
• Comportamento da vítima.	145
• Condenações por fatos posteriores ao crime em julgamento.....	145
• Confissão qualificada.	146
• Impossibilidade de reconhecimento da continuidade delitiva entre crimes de espécies diversas.	146
• Possibilidade de estabelecimento de regime prisional mais gravoso em razão da gravidade concreta da conduta delituosa.	146
• Ressarcimento de dano decorrente de emissão de cheque furtado.....	146
1.2. Do Livramento Condicional	147
• Condição subjetiva para livramento condicional.	147
1.3. Dos Efeitos da Condenação.....	147
• Necessidade de fundamentação da sentença penal que determine a perda do cargo público.	147
2. DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	148

• Prescrição de medida de segurança.....	148
• Prescrição da pretensão executória.....	148
• Reconhecimento da prescrição enquanto não houver trânsito em julgado para ambas as partes.	149
• Termo inicial da prescrição da pretensão executória.	149
3. DOS CRIMES CONTRA A PESSOA	150
3.1. Dos Crimes contra a Honra	150
• Elemento subjetivo do crime de calúnia.	150
3.2. Dos Crimes contra a Liberdade Individual.....	150
• Invasão de gabinete de delegado de polícia.	150
• Requisitos para configuração do crime de redução a condição análoga à de escravo. ...	151
4. DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	151
4.1. Do Furto	151
• Aplicabilidade do princípio da insignificância.....	151
• Atipicidade material da conduta no crime de furto.	152
• Furto de objeto localizado no interior de veículo.....	152
• Hipótese de aplicação do princípio da insignificância.	152
4.2. Do Roubo e da Extorsão	153
• Causa de aumento de pena relativa ao transporte de valores.	153
• Configuração de crime único em roubo praticado no interior de ônibus.....	153
• Tipicidade da conduta designada como “roubo de uso”.....	153
4.3. Do Estelionato e Outras Fraudes	154
• Configuração do delito de duplicata simulada.	154
5. DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL	154
• Aplicação retroativa da Lei 12.015/09.....	154
• Atos libidinosos diversos da conjunção carnal contra vulnerável.....	154
• Configuração do tipo de favorecimento da prostituição de adolescente.....	155
6. DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA	155
6.1. Da Moeda Falsa	155
• Agravantes no crime de introdução de moeda falsa em circulação.	155
6.2. Da Falsidade Documental	156
• Absorção dos crimes de falsidade ideológica e de uso de documento falso pelo de sonegação fiscal.....	156
• Atipicidade da falsa declaração de hipossuficiência para obtenção de justiça gratuita..	156
• Crime de falsa identidade. Recurso repetitivo.	157
• Falsificação de documento público por omissão de anotação na CTPS.....	157
7. DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	157
• Contrabando de arma de pressão e impossibilidade de aplicação do princípio da insignificância.	157
• Desnecessidade de prévia constituição do crédito tributário para configuração do crime de descaminho.....	158
• Parâmetro para aplicação do princípio da insignificância ao crime de descaminho.....	159
• Prévio processo administrativo-fiscal para configuração do crime de descaminho.....	160
8. PRINCÍPIOS PENAIS	160
• Aplicabilidade do princípio da insignificância.....	160
• Inaplicabilidade do princípio da insignificância ao contrabando de gasolina.	161

• Inaplicabilidade do princípio da insignificância ao crime de porte de substância entorpecente para consumo próprio.....	161
• Inaplicabilidade do princípio da insignificância na hipótese de reiteração da prática de descaminho.....	162
• Princípio da insignificância no caso de crimes relacionados a tributos que não sejam da competência da União.....	163
• Princípio da insignificância no crime de descaminho.....	163
• Princípio da insignificância no crime de descaminho.....	164

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

1. AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	165
• Competência para julgar pedido de pensão por morte decorrente de óbito de empregado assaltado no exercício do trabalho.....	165
• Ilegitimidade passiva “ad causam” do INSS em ação de repetição de indébito tributário.....	165
• Juros de mora devidos pela Fazenda Pública.....	166
2. FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL.....	166
• Contribuição social ao Funrural.....	166
• Contribuição previdenciária sobre licença casamento e licença para prestação de serviço eleitoral.....	167
• Exclusão de honorários de sucumbência da consolidação de dívida previdenciária parcelada com base na Lei 11.941/09.....	168
• Incidência de contribuição previdenciária sobre férias gozadas.....	169
• Incidência de contribuição previdenciária sobre o aviso prévio indenizado. Recurso repetitivo.....	169
• Incidência de contribuição previdenciária sobre o salário-maternidade. Recurso repetitivo....	170
• Incidência de contribuição previdenciária sobre o salário paternidade. Recurso repetitivo.....	170
• Incidência de contribuição previdenciária sobre verbas trabalhistas. Recurso repetitivo.....	171
• Isenção de contribuição social sobre despesas com medicamentos pagos diretamente pelo empregador.....	171
• Não incidência de contribuição previdenciária sobre a importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio-doença. Recurso repetitivo.....	172
• Não incidência de contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias gozadas. Recurso repetitivo.....	172
• Não incidência de contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias indenizadas. Recurso repetitivo.....	173
3. PRESTAÇÕES EM GERAL (LEI 8.213/91)	173
3.1. Disposições Gerais.....	173
• Atividades concomitantes prestadas sob o RGPS e princípio da unicidade de filiação... ..	173
• Inaplicabilidade do prazo decadencial de revisão de benefício ao caso de desaposentação.....	174
• Irrepetibilidade de benefício previdenciário.....	174
• Princípio da irrepetibilidade das verbas previdenciárias.....	175
• Princípio do paralelismo das formas na revisão de benefício assistencial.....	176
3.2. Aposentadoria Especial.....	176
• Impossibilidade de aplicação retroativa do Dec. 4.882/03 para reconhecimento de atividade especial. Recurso repetitivo.....	176
3.3. Aposentadoria por Idade	176

• Aplicabilidade da regra de transição prevista no art. 142 da Lei 8.213/91.....	176
• Aposentadoria por idade híbrida.....	177
• Início de prova material de atividade rural.....	178
3.4. Aposentadoria por Tempo de Serviço.....	178
• Tempo de serviço/contribuição anterior à Lei 8.213/91.....	
Recurso repetitivo.....	178
3.5. Aposentadoria por Invalidez.....	178
• Cálculo da RMI no caso de conversão do auxílio-doença em aposentadoria por invalidez. Recurso repetitivo.....	178
• Termo inicial de aposentadoria por invalidez requerida exclusivamente na via judicial. Recurso repetitivo.....	179
3.6. Auxílio-reclusão.....	180
• Critério econômico para concessão do auxílio-reclusão.....	180
3.7. Pensão por Morte.....	180
• Acumulação de pensão decorrente de ato ilícito com o benefício previdenciário de pensão por morte.....	180
• Concessão de benefício previdenciário a criança ou adolescente sob guarda judicial...	181
• Prescrição da pretensão de reaver valores despendidos pelo INSS com pensão por morte.....	181
• Termo inicial de pensão por morte requerida por pensionista menor de dezoito anos..	182
4. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (LC 109/01).....	182
• Competência para julgar demanda decorrente de plano de previdência da Refer. Recurso repetitivo.....	182
• Impenhorabilidade de fundo de previdência privada complementar.....	183
• Impossibilidade de restituição de parcelas em caso de migração entre planos de benefícios de previdência complementar.....	184
• Possibilidade de a revisão de plano de benefícios de previdência privada atingir quem ainda não preencheu todos os requisitos para aposentadoria.....	185
• Revisão de benefício após a migração entre planos de previdência privada.....	185
5. REGIMES PREVIDENCIÁRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS.....	187
• Aplicabilidade do art. 1º do Dec. 20.910/32 aos casos de revisão de aposentadoria de servidor público.....	187
• Dependência econômica para concessão de pensão por morte de servidor público federal...	187
• Planos de benefícios de previdência privada fechada patrocinados pela administração direta e indireta. Recurso repetitivo.....	188
• Reserva de cota-parte de pensão por morte de servidor público.....	189
6. SAÚDE.....	189
• Exigibilidade de parecer favorável de conselho municipal de saúde para credenciamento no SUS.....	189

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. DO PROCESSO DE CONHECIMENTO.....	191
1.1. Das Partes e dos Procuradores.....	191
1.1.1. Dos Deveres das Partes e dos seus Procuradores.....	191
• Correção monetária em condenações da Fazenda Pública após declaração de inconstitucionalidade parcial do art. 1º-F da Lei 9.494/97.....	191

• Desnecessidade de ajuizamento de ação própria para discutir remuneração dos depósitos judiciais. Recurso repetitivo.....	191
1.1.2. Do Litisconsórcio e da Assistência.....	192
• Assistência simples em processo submetido ao rito do art. 543-C do CPC.	192
1.1.3. Da Intervenção de Terceiros.....	192
• Cabimento de denunciação da lide.....	192
• Chamamento ao processo em ação de fornecimento de medicamento movida contra ente federativo. Recurso repetitivo.	192
• Denunciação da lide ao patrocinador de previdência complementar.....	193
• Intervenção da DPU como “amicus curiae” em processo repetitivo.	193
1.2. Do Ministério Público	194
• Intervenção do MP em ações de ressarcimento ao erário.....	194
1.3. Dos Órgãos Judiciários e dos Auxiliares da Justiça.....	194
1.3.1. Da Competência.....	194
• Competência para julgar ação cuja controvérsia se refira à validade e à execução de decisões da justiça desportiva acerca de campeonato de futebol de caráter nacional (aplicação analógica do art. 543-c do CPC).	194
• Competência para processar e julgar ação declaratória de nulidade de escritura pública de cessão e transferência de direitos possessórios.	196
• Competência para reconhecimento de direito a meação de bens localizados fora do Brasil.....	196
• Reunião de processos conexos.	197
1.3.2. Do Juiz, Dos Auxiliares da Justiça.....	197
• Momento adequado para a alegação de suspeição do perito.....	197
1.4. Dos Atos Processuais	198
1.4.1. Das Comunicações dos Atos	198
• Hipótese de não configuração de comparecimento espontâneo do réu.	198
1.4.2. Das Nulidades	198
• Afastamento de nulidade causada por ofensa ao princípio do contraditório.	198
1.5. Da Formação, da Suspensão e da Extinção do Processo	198
• Extinção do processo em ação de reintegração de posse.....	198
1.6. Do Processo e do Procedimento	199
• Consectários legais na tutela do incontroverso em antecipação dos efeitos da tutela. ..	199
1.7. Do Procedimento Ordinário.....	200
1.7.1. Da Revelia.....	200
• Apresentação apenas de reconvenção sem contestação em peça autônoma e possibilidade de se afastar os efeitos da revelia.....	200
1.7.2. Das Provas	200
• Descabimento de astreintes pela recusa de exibição de documentos. Recurso repetitivo.....	200
• Descumprimento de determinação de exibição incidental de documentos.	201
• Indeferimento de perícia requerida pela parte.....	201
• Prova emprestada entre processos com partes diferentes.....	201
• Utilização de prova emprestada.....	202
1.7.3. Da Sentença e da Coisa Julgada	202

• Ausência de preclusão da decisão que fixa multa cominatória. Recurso repetitivo.....	202
• Bloqueio de verbas públicas para garantir o fornecimento de medicamentos pelo estado. Recurso repetitivo.....	202
• Correção de erro material após o trânsito em julgado.....	203
• Execução provisória de multa cominatória fixada em antecipação de tutela. Recurso repetitivo.....	203
• Hipótese de impossibilidade de alteração de ofício pelo tribunal de prazo prescricional definido na sentença.....	204
1.7.4. Da Liquidação de Sentença.....	204
• Definição do termo inicial dos juros moratórios em sede de liquidação.....	204
• Inclusão de expurgos inflacionários em fase de liquidação de sentença.....	205
• Ônus do pagamento de honorários periciais em liquidação por cálculos do credor. Recurso repetitivo.....	205
• Pagamento de honorários periciais em liquidação de sentença. Recurso repetitivo.....	206
1.7.5. Do Cumprimento da Sentença.....	207
• Honorários advocatícios em sede de execução provisória. Recurso repetitivo. ..	207
• Impugnação ao cumprimento de sentença por excesso de execução. Recurso repetitivo.....	208
• Inclusão do nome do credor em folha de pagamento para garantir o adimplimento de pensão mensal vitalícia decorrente de acidente de trabalho.....	209
• Multa do art. 475-J do CPC.....	209
1.8. Do Processo nos Tribunais	210
1.8.1. Da Declaração de Inconstitucionalidade	210
• Não configuração de ofensa ao princípio da reserva de plenário.....	210
1.8.2. Da Ação Rescisória.....	210
• Aplicabilidade da Súmula 343 do STF.....	210
• Termo inicial do prazo decadencial para o ajuizamento de ação rescisória.....	210
1.9. Dos Recursos	210
1.9.1. Das Disposições Gerais.....	210
• Inadmissibilidade da utilização de assinatura digitalizada para interpor recurso.....	210
1.9.2. Da Apelação	211
• Adoção de novos fundamentos no julgamento de apelação.....	211
• Inaplicabilidade do princípio da fungibilidade recursal.....	211
• Juntada de documentos em sede de apelação.....	212
1.9.3. Do Agravo.....	212
• Conhecimento de agravo de instrumento não instruído com cópia da certidão de intimação da decisão agravada. Recurso repetitivo.....	212
• Recurso contra decisão que resolve incidente de alienação parental.....	212
• Submissão da Fazenda Pública à necessidade de depósito prévio prescrita pelo § 2º do art. 557 do CPC.....	213
1.9.4. Dos Embargos Infringentes	213
• Hipótese de não cabimento de embargos infringentes.....	213
1.9.5. Dos Embargos de Declaração	214

• Caracterização do intuito protelatório em embargos de declaração. Recurso repetitivo.....	214
• Cumulação da multa do art. 538, p. ú., do CPC com a indenização pelo reconhecimento da litigância de má-fé. Recurso repetitivo.....	214
• Embargos de declaração contra decisão que nega seguimento ao REsp de maneira genérica.....	215
1.9.6. Dos Recursos para o STF e o STJ	215
• Efeitos sobre o processamento de REsp na pendência de julgamento no STF. ...	215
• Inaplicabilidade do recurso especial contra acórdão que indefere efeito suspensivo ao agravo de instrumento.	215
• Intervenção como “amicus curiae” em processo repetitivo.....	216
• Momento para habilitação como “amicus curiae” em julgamento de recurso submetido ao rito do art. 543-C do CPC.	216
1.9.7. Da Ordem dos Processos no Tribunal.....	217
• Jurisprudência dominante para fins de julgamento monocrático de recurso.	217
2. DO PROCESSO DE EXECUÇÃO	217
2.1. Da Execução em Geral	217
• Extinção da obrigação do devedor pelo depósito judicial. Recurso repetitivo.....	217
• Honorários advocatícios em exceção de pré-executividade parcialmente procedente..	218
• Hipótese de penhorabilidade de valores recebidos a título de indenização trabalhista.	218
2.2. Das Diversas Espécies de Execução	218
• Alcance de penhora de valores depositados em conta bancária conjunta solidária.	218
• Aplicabilidade dos índices de deflação na correção monetária de crédito oriundo de título executivo judicial. Recurso repetitivo.	219
• Arresto executivo por meio eletrônico.....	219
• Execução de honorários advocatícios mediante RPV. Recurso repetitivo.	220
• Execução de honorários advocatícios pelo advogado substabelecido.....	221
• Execução de honorários advocatícios sucumbenciais no caso de transação entre as partes na fase de execução.....	221
• Formalização da penhora on-line.....	222
• Hipótese de penhorabilidade de valores recebidos a título de indenização trabalhista.	222
• Honorários advocatícios em execução por quantia certa contra a fazenda pública. Recurso repetitivo.	223
• Impenhorabilidade de quantia depositada em fundo de investimento até o limite de 40 salários mínimos.	223
• Preclusão da faculdade de requerer honorários sucumbenciais em processo executivo. Recurso repetitivo.....	224
• Regularização do polo ativo em execução de honorários sucumbenciais.....	224
• Responsabilidade de devedor solidário e impossibilidade de se excutir bens de terceiro estranho à ação de conhecimento.	225
• Rito adequado a execução de alimentos transitórios.....	226
3. DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	226
3.1. Dos Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa	226
3.1.1. Da Ação de Consignação em Pagamento	226
• Necessidade de depósito dos valores vencidos e incontroversos em ação de consignação em pagamento.	226
3.1.2. Da Ação de Prestação de Contas	227

• Falta de interesse de agir em ação de prestação de contas.....	227
• Ilegitimidade do condômino para propor ação de prestação de contas.	227
3.1.3. Das Ações Possessórias	228
• Pedido contraposto e remoção do ato ilícito.....	228
3.1.4. Da Ação Monitória	228
• Prazo prescricional para ajuizamento de ação monitoria fundada em cheque prescrito. Recurso repetitivo.	228
• Prazo prescricional para ajuizamento de ação monitoria fundada em nota promissória prescrita. Recurso repetitivo.....	229

DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL

1. AÇÕES CONSTITUCIONAIS.....	231
1.1. Ação Civil Pública.....	231
• Competência da justiça federal do Distrito Federal para o julgamento de ação coletiva.	231
• Competência para julgamento de ação civil pública ajuizada pelo MPF.....	231
• Controle jurisdicional de políticas públicas relacionado a inúmeras irregularidades estruturais e sanitárias em cadeia pública.	232
• Eficácia da sentença em ação civil pública.....	233
• Litisconsórcio ativo facultativo entre Ministério Público Federal, Estadual e do Trabalho.	233
• Objeto de ação civil pública para anular permissões precárias.....	234
• Ônus sucumbenciais na hipótese de habilitação de litisconsorte em ação civil pública.	234
• Termo inicial dos juros moratórios em ação civil pública. Recurso repetitivo.....	235
1.2. “Habeas Corpus”	236
• Cabimento de “habeas corpus” em ação de interdição.	236
• Inadequação de “habeas corpus” para questionar pena de suspensão do direito de dirigir veículo automotor.....	236
• RHC que consista em mera reiteração de HC.....	236
1.3. “Habeas Data”	237
• Inadequação de “habeas data” para acesso a dados do registro de procedimento fiscal.....	237
1.4. Mandado de Segurança	237
• Desistência de mandado de segurança.	237
• Indicação equivocada da autoridade coatora em inicial de MS.....	237
• Legitimidade passiva em MS para ingresso no Simples Nacional.....	238
• Mandado de segurança contra limite de idade em concurso público.	238
• Mandado de segurança para atribuição de efeito suspensivo a recurso em sentido estrito.....	238
• MS para controle de competência dos juizados especiais federais.	238
• Prazo para impetração de MS contra decisão judicial irrecorrível.....	238
• Termo inicial do prazo decadencial para impetrar MS contra ato administrativo que exclui candidato de concurso público.....	239

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. DO PROCESSO EM GERAL	241
--------------------------------------	------------

1.1. Do Inquérito Policial	241
• Poderes do relator em investigação contra magistrado.	241
1.2. Da Ação Penal.....	241
• Aplicabilidade do princípio da indivisibilidade da ação penal privada.....	241
• Denúncia inepta por falta de descrição adequada de conduta comissiva por omissão..	242
• Inaplicabilidade do princípio da indivisibilidade em ação pública.....	242
• Inépcia de denúncia por corrupção ativa e prosseguimento da persecução penal para apuração de corrupção passiva.....	242
• Inépcia da denúncia que não descreve de forma clara e precisa a conduta do agente...	243
• Nulidade de queixa-crime por vício de representação.....	243
• Rejeição de queixa-crime relacionada à suposta prática de crime contra a honra.....	244
1.3. Da Competência	244
• Ampliação da competência dos juizados da infância e da juventude por lei estadual...	244
• Competência do juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher.	244
• Competência no caso de injúria motivada por divergência política às vésperas da eleição.....	245
• Competência para julgamento de crime de desacato contra militar que esteja realizando policiamento naval.	245
• Competência para julgar crime de perigo de desastre ferroviário.....	245
• Competência para processar crime praticado por militar contra civil quando houver dúvida quanto ao elemento subjetivo.	246
• Competência para processar e julgar crime de tortura cometido fora do território nacional.....	246
• Competência para processar e julgar crime envolvendo junta comercial.	247
• Competência penal no caso de importação de drogas via postal.	247
• Competência penal relacionada a invasão de consulado estrangeiro.	247
• Competência penal relacionada a injúria motivada por divergências políticas às vésperas de eleição.....	248
1.4. Da Prova	248
• Descoberta fortuita de delitos que não são objeto de investigação.....	248
• Interrogatório na Lei de Drogas.	249
• Intimação de autoridade para prestar declarações.	249
• Necessidade de fundamentar decisão que determine diligências invasivas de acesso de dados.....	249
• Nulidade de prova advinda de quebra de sigilo bancário pela administração tributária sem autorização judicial.....	250
• Realização de perícia na hipótese de falta de peritos oficiais.	251
• Requisição de réu preso para entrevista pessoal com defensor público.....	251
• Utilização de gravação telefônica como prova de crime contra a liberdade sexual.....	252
• Utilização no processo penal de informações obtidas pela Receita Federal mediante requisição direta às instituições bancárias.....	252
1.5. Dos Sujeitos do Processo	253
• Direito à réplica do assistente da acusação.	253
• Valor mínimo dos honorários advocatícios arbitrados em favor do defensor dativo.	253
1.6. Da Prisão, das Medidas Cautelares e da Liberdade Provisória	254
• Possibilidade de substituição de prisão preventiva por prisão domiciliar (art. 318 do CPP).....	254

1.7. Das Citações e Intimações	254
1.7.1. Das Citações	254
• Produção antecipada de prova testemunhal.....	254
1.7.2. Das Intimações	255
• Intimação por edital no procedimento do júri.....	255
• Intimação por edital no procedimento do júri.....	255
• Mandado de intimação de testemunha expedido para localidade diversa da indicada pela defesa.	256
2. DOS PROCESSOS EM ESPÉCIE	256
2.1. Do Processo Comum	256
2.1.1. Do Procedimento do Tribunal do Júri	256
• Absolvição imprópria no procedimento do tribunal do júri.	256
• Contradição entre as respostas a quesitos no tribunal do júri.	257
• Limites da competência do juiz da pronúncia.	257
• Necessidade de encerrar a votação caso os jurados respondam afirmativamente ao quesito referente à absolvição do acusado.....	257
• Nulidade no julgamento do tribunal do júri.	258
2.2. Dos Processos Especiais	259
• Validade de laudo pericial realizado com base nas características externas do objeto apreendido.	259
3. DAS NULIDADES E DOS RECURSOS EM GERAL	259
3.1. Dos Recursos em Geral	259
• Prazo para recursos do MP em matéria penal.....	259
• Princípio da fungibilidade recursal no caso de interposição de apelação quando cabível recurso em sentido estrito.	259

DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO

1. ARREMAÇÃO	261
• Arrematação de imóvel em execução fiscal de débitos previdenciários por valor abaixo ao da avaliação.	261
• Arrematação de imóvel em execução fiscal em condições não publicadas em edital de leilão.	261
• Arrematação de imóvel mediante pagamento parcelado em execução fiscal de débitos previdenciários.	262
2. CDA	262
• Protesto de CDA.....	262
3. CONSELHOS PROFISSIONAIS	263
• Execução fiscal de contribuições devidas aos conselhos profissionais.	263
4. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	263
• Inocorrência de preclusão para a Fazenda Pública em execução fiscal.....	263
5. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO	264
• Aplicabilidade do art. 20 da Lei 10.522/02 em execução fiscal promovida pela Procuradoria-Geral Federal. Recurso repetitivo.....	264
• Execução fiscal ajuizada contra pessoa jurídica falida. Recurso repetitivo.....	265
• Execução fiscal promovida em face de homônimo.	266

• Prazo prescricional para a Agência Nacional de Saúde (ANS) promover execução fiscal dos valores despendidos pelo SUS em favor de serviços prestados a contratantes de planos de saúde.....	266
• Prescindibilidade de requerimento do réu para a extinção de execução fiscal por abandono da causa.....	267
6. GARANTIA DO JUÍZO	267
• Caução em execução fiscal.....	267
• Caução para expedição de certidão positiva com efeitos de negativa.....	267
• Garantia do juízo no âmbito de execução fiscal.....	268
• Garantia do juízo para embargos à execução fiscal.....	269
7. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	269
• Honorários de sucumbência no âmbito de embargos à execução fiscal no caso de renúncia para adesão a parcelamento.....	269
• Valor dos honorários de sucumbência no âmbito de embargos à execução fiscal no caso de renúncia para adesão a parcelamento.....	270
8. PENHORA	270
• Mandado de intimação e necessidade de expressa menção do prazo para interposição de embargos à execução fiscal.....	270
• Manutenção da penhora na hipótese de parcelamento tributário.....	270
• Penhora efetivada após adesão a parcelamento tributário.....	271
9. REDIRECIONAMENTO	271
• Hipótese de redirecionamento de execução fiscal de dívida ativa não-tributária contra representante legal da sociedade empresária executada. Recurso repetitivo.....	271
• Permanência da responsabilidade da pessoa jurídica apesar do redirecionamento de execução fiscal para sócio-gerente.....	273
10. OUTROS TEMAS	273
• Imunidade de jurisdição de estado estrangeiro.....	273
• Hipótese de não sujeição de sentença a reexame necessário.....	273
• Manifestação administrativa contra a cobrança de débito inscrito em dívida ativa.....	274

DIREITO TRIBUTÁRIO

1. CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS	277
• Base de cálculo da contribuição para o PIS.....	277
• Incidência do PIS e da Cofins sobre a correção monetária e os juros referentes à venda de imóvel.....	277
• Isenção tributária do Senai referente à importação de produtos e serviços.....	278
• Majoração da alíquota da Cofins.....	279
2. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA	280
• Permanência da responsabilidade da pessoa jurídica apesar do redirecionamento de execução fiscal para sócio-gerente.....	280
• Responsabilidade pelo recolhimento do imposto de renda cuja declaração foi transmitida com dado equívocado pela fonte pagadora.....	280
3. CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	280
• Aplicabilidade de limites à compensação tributária relacionados a tributo declarado inconstitucional.....	280
• Efeitos da suspensão da norma autorizadora de parcelamento do crédito tributário.....	281
• Exigência de trânsito em julgado para fins de compensação tributária.....	281

• Ilegitimidade ativa da fonte pagadora para pleitear restituição de IRPJ pago a maior.....	281
4. CERTIDÕES NEGATIVAS	282
• Hipótese de impossibilidade de expedição de certidão positiva com efeito de negativa.....	282
• Hipótese de não expedição de certidão positiva com efeitos de negativa.....	282
5. IMUNIDADES	282
• Cobrança de tributo de estado estrangeiro.....	282
• ICMS e imunidade das entidades de assistência social sem fins lucrativos.....	282
• Ônus da prova referente à imunidade tributária de entidade de religiosa.....	283
• Requisitos para a concessão de imunidade tributária a instituição de ensino sem fins lucrativos.....	283
6. IMPOSTOS FEDERAIS	284
6.1. II.....	284
• Demora injustificada da administração na concessão do benefício de ex-tarifário.....	284
6.2. IRPJ/IRPF.....	285
• Hipótese de incidência de imposto de renda sobre importância recebida em razão de obrigação alternativa assumida em acordo coletivo de trabalho.....	285
• Imposto de renda sobre verbas referentes à migração de plano de benefícios de previdência privada.....	285
• Índice aplicável à correção monetária das demonstrações financeiras do ano-base de 1989.....	285
• Responsabilidade pelo pagamento da multa aplicada em decorrência do não recolhimento de imposto de renda.....	286
• Responsabilidade pelo recolhimento do imposto de renda cuja declaração foi transmitida com dado equivocado pela fonte pagadora.....	287
6.3. IPI.....	287
• Incidência de IPI na revenda de produtos importados.....	287
• Modificação da opção do regime de cálculo de crédito presumido de IPI.....	288
6.4. ITR.....	288
• Isenção de ITR relativa a área de reserva legal.....	288
7. IMPOSTOS ESTADUAIS.....	288
• Hipótese de inclusão do ICMS na base de cálculo do IRPJ e da CSLL.....	288
• ICMS e imunidade das entidades de assistência social sem fins lucrativos.....	288
• Não cumulatividade do ICMS incidente na aquisição de combustível por empresa de transporte fluvial.....	288
8. OUTROS TEMAS	289
8.1. Simples Nacional	289
• Legitimidade passiva em MS para ingresso no Simples Nacional.....	289
8.2. Refis/Paes	290
• Erro na indicação de valores no Refis.....	290
• Exclusão do programa de recuperação fiscal (Refis) decorrente da ineficácia do parcelamento.....	290

DIREITOS MILITARES

1. DIREITO ADMINISTRATIVO MILITAR	293
• Agregação de militar que participa de curso de formação.....	293
2. DIREITO PENAL MILITAR	293

• Incidência de agravante genérica no crime de concussão.....	293
• Substituição de pena e crimes militares.....	293
• Tipicidade da conduta no crime de descumprimento de missão.	294
3. DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR.....	294
• Competência para processar e julgar crime praticado com o fim de burlar a execução criminal militar.....	294
• Competência para processar crime praticado por militar contra civil quando houver dúvida quanto ao elemento subjetivo.....	294

EXECUÇÃO PENAL

1. DO CONDENADO E DO INTERNADO	297
• Benefícios da execução penal no caso de estrangeiro em situação irregular no Brasil.....	297
• Ilegalidade no reconhecimento de falta grave.....	297
• Processo administrativo para aplicação de falta disciplinar ao preso. Recurso repetitivo.....	297
2. DA EXECUÇÃO DAS PENAS EM ESPÉCIE.....	299
• Compatibilidade entre a prisão cautelar e o regime prisional semiaberto fixado na sentença.	299
• Necessidade de fundamentação para a decretação da perda de 1/3 dos dias remidos.	300
• Prática de crime durante livramento condicional.....	300
• Prática de falta grave, comutação de pena e indulto. Recurso repetitivo.....	301
• Prática de falta grave e livramento condicional. Recurso repetitivo.....	301
• Prática de falta grave e progressão de regime. Recurso repetitivo.	301
• Procedimento para a conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade.	301
• Progressão de regime prisional de condenado estrangeiro no caso de existência de decreto de expulsão.	301
3. DA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA	302
• Ilegalidade na manutenção de inimputável em estabelecimento prisional.	302
4. DOS INCIDENTES DE EXECUÇÃO.....	302
• Critério objetivo para a concessão de indulto.	302

LEIS CIVIS E PROCESSUAIS CIVIS ESPECIAIS

1. ESTATUTO DA OAB (LEI 8.906/94)	303
• Competência para decidir sobre incompatibilidade ou impedimento para o exercício da advocacia.....	303
• Prisão civil de advogado.	303
• Prisão civil de advogado.	304
• Renúncia do credor ao seu crédito e juntada do contrato de honorários advocatícios aos autos.....	304
2. LEI DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA (LEI 1.060/50)	305
• Atipicidade da falsa declaração de hipossuficiência para obtenção de justiça gratuita.	305
• Utilização da contadoria judicial por beneficiário da assistência judiciária.....	305
• Utilização da contadoria judicial por beneficiário da assistência judiciária. Recurso repetitivo.	306
3. LEI DE DIREITOS AUTORAIS (LEI 9.610/98)	306
• Legalidade de critérios fixados em regulamento de arrecadação do Ecad.....	306
• Multa pela utilização indevida de obra musical.....	307

• Responsabilidade pelo pagamento de taxa ao Ecad na hipótese de execução de músicas em supermercado sem autorização dos autores.....	307
• Termo inicial dos juros de mora relativos à execução desautorizada de obra musical.....	307
4. LEI DE LOCAÇÕES DE IMÓVEIS URBANOS (8.245/91).....	308
• Interpretação do art. 53 da Lei de Locações.....	308
• Locação comercial de imóvel de empresa pública federal.....	308
5. LEI DE PARCELAMENTO DO SOLO URBANO (LEI 6.766/79).....	309
• Indenização por benfeitorias ou acessões realizadas sem licença.....	309
• Reconhecimento da nulidade do contrato e seu efeito sobre ação ordinária de resolução de promessa de compra e venda de imóvel localizado em loteamento irregular.....	310
6. LEI DO SEGURO DPVAT (LEI 6.194/74).....	311
• Cobertura, pelo DPVAT, de acidente com colheitadeira.....	311
• Dedução do DPVAT do valor de indenização por danos morais.....	311
• Foro competente para apreciar cobrança de indenização decorrente de seguro DPVAT. Recurso repetitivo.....	312
• Indenização referente ao seguro DPVAT em decorrência de morte de nascituro.....	312
• Termo inicial da prescrição nas demandas por indenização do seguro DPVAT nos casos de invalidez permanente da vítima. Recurso repetitivo.....	313
• Utilização da tabela do CNSP na definição do valor de indenização paga pelo seguro DPVAT. Recurso repetitivo.....	315
7. LEIS NOTARIAIS E REGISTRAS.....	316
• Erro na indicação do credor fiduciário em notificação extrajudicial.....	316
• Ônus do cancelamento de protesto. Recurso repetitivo.....	316
• Periodicidade de multa por atraso na entrega da Dimof.....	317
8. OUTRAS LEIS ESPARSAS.....	317
• Digitalização dos autos e guarda pessoal de documentos.....	317
• Limites dos efeitos da sentença proferida em ação revisional de alimentos.....	318

LEIS PENAIS E PROCESSUAIS PENAIS ESPECIAIS

1. LEIS PENAIS ESPECIAIS.....	321
1.1. Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97).....	321
• Aplicabilidade do perdão judicial no caso de homicídio culposo na direção de veículo automotor.....	321
• Homicídio culposo cometido no exercício de atividade de transporte de passageiros.....	322
• Prescindibilidade de prévio processo administrativo para negar expedição de CNH definitiva.....	322
1.2. Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03).....	322
• Porte ilegal de arma de fogo e conceito técnico de arma de fogo.....	322
• Suspensão cautelar do porte de arma de fogo de servidor militar por decisão administrativa.....	323
• Tipicidade da conduta no crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido.....	323
1.3. Lei das Contravenções Penais (DL 3.688/1941).....	324
• Exercício da profissão de flanelinha sem a observância das condições previstas em lei.....	324
1.4. Lei do Tráfico Ilícito de Drogas (Lei 11.343/06).....	324
• Autofinanciamento para o tráfico de drogas.....	324
• Causa de aumento da pena do crime de tráfico de drogas em transporte público.....	325

• Causa de aumento de pena prevista na primeira parte do art. 18, III, da Lei 6.368/1976.....	325
• Interrogatório na Lei de Drogas.....	325
• Necessidade de gradação da causa de diminuição de pena prevista no art. 46 da Lei 11.343/06 conforme o grau de incapacidade do réu.....	326
• Reincidência decorrente de condenação por porte de drogas para consumo próprio.....	326
• Substituição da pena no crime de tráfico de drogas.....	326
• Utilização de transporte público para conduzir droga ilícita.....	327
1.5. Lei dos Crimes contra a Ordem Tributária/Econômica/Consumo (Lei 8.137/90)	327
• Demonstração da materialidade do crime previsto no art. 7º, IX, da Lei 8.137/90.....	327
• Desnecessidade de constituição definitiva do crédito tributário para a consumação do crime previsto no art. 293, § 1º, III, b, do CP.....	327
• Inépcia da denúncia que não individualiza a conduta de sócio e administrador de pessoa jurídica.....	328
• Pretensão executória perante requerimento de adesão a programa de parcelamento tributário.....	328
1.6. Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06)	329
• Aplicação da Lei Maria da Penha na relação entre mãe e filha.....	329
• Competência de juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher para julgar execução de alimentos por ele fixados.....	329
• Descumprimento de medida protetiva de urgência prevista na Lei Maria da Penha.....	330
• Descumprimento de medida protetiva de urgência prevista na Lei Maria da Penha.....	331
• Medidas protetivas acautelatórias de violência contra a mulher.....	331
1.7. Outras Leis Esparsas	332
• Caracterização do tipo penal do art. 102 do Estatuto do Idoso.....	332
• Regime inicial de cumprimento de pena no crime de tortura.....	332
2. LEIS PROCESSUAIS PENAIS ESPECIAIS.....	333
2.1. Lei de Interceptação Telefônica (Lei 9.296/96)	333
• Legalidade de interceptação telefônica deferida por juízo diverso daquele competente para julgar a ação principal.....	333
• Utilização da interceptação de comunicação telefônica em desfavor de interlocutor não investigado.....	333
2.2. Lei dos Juizados Especiais Criminais (Lei 9.099/95).....	333
• Inaplicabilidade da transação penal às contravenções penais praticadas contra mulher no contexto de violência doméstica.....	333

OUTROS TEMAS

1. LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA NACIONAL.....	335
• Exigência do cumprimento do prazo de doze meses de exercício para a primeira fruição de férias de magistrado.....	335
2. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO	335
• Responsabilidade pelo saldo devedor residual de financiamento celebrado no âmbito do SFH. Recurso repetitivo.....	335
3. OUTROS TEMAS ESPARSOS	336
• Juros remuneratórios não previstos no contrato de mútuo firmado entre a cooperativa de crédito e o cooperado.....	336

- Liquidação de sentença que condene a União a indenizar prejuízos decorrentes da fixação de preços para o setor sucroalcooleiro. Recurso repetitivo..... 336
- Preço a ser depositado para o exercício do direito de preferência em arrendamento rural..... 338
- Penas acessórias para crimes de responsabilidade de prefeito frente à prescrição..... 339

SÚMULAS STJ

DIREITO ADMINISTRATIVO	341
DIREITO CIVIL	342
DIREITO CONSTITUCIONAL	345
DIREITO DE TRÂNSITO	346
DIREITO DO CONSUMIDOR	346
DIREITO DO TRABALHO	347
DIREITO ELEITORAL	348
DIREITO EMPRESARIAL	348
DIREITO PENAL	349
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	351
DIREITO PROCESSUAL CIVIL	352
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	359
DIREITO PROCESSUAL PENAL	360
DIREITO TRIBUTÁRIO	361
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	364
EXECUÇÃO FISCAL	364
EXECUÇÃO PENAL	366
MILITARES	366
SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO	367
SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	367